



AUTOR, TEXTO E CONTEXTO: A HISTÓRIA INTELLECTUAL E O ‘CONTEXTUALISMO LINGÜÍSTICO’ NA PERSPECTIVA DE QUENTIN SKINNER*

Vanderlei Sebastião de Souza**
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz
vanderleidesouza@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho analisa as contribuições teóricas e metodológicas propostas pelo historiador Quentin Skinner para pensar a prática da história intelectual. A partir da leitura de alguns de seus principais textos, especialmente “Meaning and understanding in the history of ideas”, artigo publicado no final dos anos 1960, procuro compreender as questões centrais que fundamentam o seu programa de estudos, conhecido como “contextualismo lingüístico”.

PALAVRAS-CHAVE: Quentin Skinner – História Intelectual – Contextualismo Lingüístico

ABSTRACT: This paper examines the theoretical and methodological contributions proposed by the historian Quentin Skinner to think the practice of intellectual history. From the reading of some of his texts, especially “Meaning and understanding in the history of ideas”, article published in the late 1960’s, I try to understand the central issues that underlie his programme of studies, known as “linguistic contextualism”.

KEYWORDS: Quentin Skinner – Intellectual History – Linguistic Contextualism

* Este artigo foi originalmente elaborado a partir de discussões suscitadas durante o curso de “História e Teoria Social”, ministrado pelas professoras Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá, no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, durante o segundo semestre de 2007.

** Doutorando em História das Ciências – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Quando tentamos situar [...] um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um ‘quadro’ histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar.

Quentin Skinner

As polêmicas discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas nas últimas décadas em torno da história intelectual propiciaram que este novo domínio historiográfico se transformasse num estimulante objeto de investigação. Como um campo de estudo vasto e de certo modo recente, a história intelectual transita ainda na fronteira de outras disciplinas, como a tradicional história das idéias, a história social das idéias, a história dos intelectuais, a história cultural, a crítica literária e a filosofia da linguagem, não possuindo uma problemática norteadora ou temas consensuais nem mesmo entre os seus especialistas.¹ No centro destes debates encontra-se uma série de questionamentos não somente quanto às perspectivas de análise empregadas pela história intelectual para **interpretar um texto histórico**, mas também quanto à indefinição e à validade de seus próprios objetos.² De maneira geral, a principal divergência reside na idéia da **interpretação histórica** e na relação entre **texto, autor e contexto**, ou, ainda, na ênfase que se atribuí a um ou outro destes elementos para

¹ Cf. CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 29; DARTON, Robert. História intelectual e cultural. In: _____. **O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 188.

² O historiador Robert Darnton classifica esse campo de estudo a partir de quatro categorias principais: a **história das idéias**, definida enquanto o estudo do pensamento sistemático; a **história intelectual**, visto como o estudo do pensamento informal, os climas de opiniões e os movimentos literários; a **história social das idéias**, empregada por ele como sendo o estudo das ideologias e da difusão de idéias; a **história cultural**, responsável pelo estudo da cultura no sentido antropológico e, inclusive, das mentalidades coletivas (DARTON, 1990, op. cit. p. 188). Para Helenice Rodrigues da Silva, este campo de estudo é indiferentemente associado à **Intellectual History**, praticada nos Estados Unidos, e a **Histoire Intellectuelle**, na versão francesa, sendo que a primeira trata mais da abordagem literária e lingüística de uma obra, enquanto a segunda procura inscrever historicamente o discurso dos intelectuais, buscando romper com as explicações internas e externas (SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antonio. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15.) Devido a esta indefinição, Helenice Rodrigues da Silva entende que “a história intelectual oscila, por um lado, entre uma sociologia, uma história e até mesmo uma biografia dos intelectuais e, por outro, entre uma análise das obras e das idéias como, por exemplo, uma versão da história da filosofia”. (Ibid., p. 16.)

alcançar a compreensão dos significados contidos numa determinada obra ou num conjunto de idéias.³

Uma das tentativas mais bem sucedidas de enfrentar estas questões foi desenvolvida pelo historiador britânico Quentin Skinner, a partir de uma série de textos publicados desde o final dos anos 1960. Em “Meaning and understanding in the history of ideas”, um longo artigo publicado na Revista **History and Theory**, em 1969,⁴ Skinner apresentou pela primeira vez, e de modo sistemático, o método do “contextualismo lingüístico” proposto para o estudo da história das idéias.⁵ Neste artigo, Skinner procurou demonstrar que tanto os procedimentos analíticos textualistas quanto os contextualistas empregados naquele momento eram inteiramente inadequados à prática da interpretação de textos, destacando que uma nova abordagem contextualista e sensitivamente histórica precisaria ser construída. O argumento central de Skinner enfatiza, em linhas gerais, que só é possível compreender os significados de um dado texto, ou mesmo de um enunciado ou de uma idéia qualquer, “recuperando” as intenções do autor no ato da escrita e “reconstruindo” o contexto das convenções lingüísticas disponíveis num determinado tempo histórico.⁶

Embora ao longo dos anos Skinner tenha revisto algumas de suas concepções, pode-se dizer que o núcleo de sua perspectiva teórica e metodológica sofreu poucas alterações. A despeito das críticas que seguidamente são endereçadas à sua abordagem, especialmente pelos adeptos da nova crítica literária,⁷ Skinner é considerado hoje uma das referências mais influentes nos estudos da história intelectual, assim como na história do pensamento político moderno. Uma de suas principais obras é

³ HARLAN, David. A história Intelectual e o Retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. São Paulo: Unicamp, 2000. p. 15-62.

⁴ O artigo “Meaning and undersanding” foi republicado, na íntegra, na coletânea de textos organizada por James Tully, em 1988, cuja versão utilizamos para desenvolver nossa análise neste trabalho (SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 29-67.)

⁵ É importante destacar que algumas das teses desenvolvidas por Skinner em “Meaning and understanding” tinham sido esparsamente apresentadas em dois de seus trabalhos metodológicos anteriores: “History and ideology in the English Revolution”, publicado no **Historical Journal**, em 1965, e “The limits of historical explanations”, publicado na **Revista Philosophy**, em 1965.

⁶ SKINNER, 1988, op. cit.

⁷ Em relação às críticas lançadas contra a abordagem de Skinner, ver a obra organizada por James Tully. (Ibid.)

reconhecidamente **As fundações do pensamento político moderno**, publicada inicialmente em 1978, na qual o autor realiza um estudo de fôlego sobre a formação das ideologias políticas desde o Medievo Tardio até o período da Reforma Religiosa, durante o século XVI. Nesta obra, assim como em **Maquiavel**, publicada em 1981, e **Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes**, de 1995, Skinner faz uma leitura apurada tanto dos autores canônicos quanto das obras marginais, compondo uma interessante análise sobre as mentalidades que constituíram a linguagem e o vocabulário político moderno.⁸

O objetivo do presente artigo, portanto, consiste em analisar as contribuições teóricas e metodológicas propostas pelo historiador britânico para pensar a prática da história intelectual. A partir da leitura de alguns de seus principais textos metodológicos, especialmente “Meaning and understanding in the history of ideas”, busco compreender as questões centrais que fundamentam o seu programa de estudo, conhecido como “contextualismo lingüístico”. Ao longo de sua obra, uma das questões que mais mobilizou Skinner foi o trabalho de problematizar a dimensão da interpretação dos significados contidos em textos passados, procurando para isso compreender em que termos autores, textos, contextos e linguagem devem ser articulados pelo historiador ao investigar uma obra histórica, um conjunto de idéias, um enunciado ou o pensamento de um determinado autor. Por último, procuro desenvolver um diálogo entre a perspectiva skinneriana e a de outros autores ou tendências metodológicas empregadas para pensar a história intelectual.

“MITOLOGIAS E ANACRONISMOS” NA TRADICIONAL HISTÓRIA DAS IDÉIAS

Ainda durante os anos 1960, conforme destaca Skinner em “Meaning and understanding”, duas tendências historiográficas dominavam os estudos da história das idéias e do pensamento político moderno. De um lado, o modelo contextualista, talvez o mais adotado entre os historiadores das idéias, insistia que é o contexto dos fatores religiosos, políticos e econômicos que determinam o significado de qualquer texto dado, constituindo-se assim como algo que deveria prover a estrutura última para qualquer esforço de compreensão das idéias. Por outro, o modelo textualista, talvez o mais

⁸ TULLY, James. The pen is a mighty sword: Quentin Skinner’s analysis of politics. In: _____. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 07-28.

geralmente aceito entre os críticos literários e os historiadores da filosofia, insistia na autonomia do texto em si mesmo como a única chave necessária para a interpretação do seu próprio significado, dispensando, portanto, qualquer recorrência à informações contextuais, consideradas como externas aos textos.⁹

Para Skinner, não obstante, estas duas tendências se apresentavam como modelos metodológicos inadequados à compreensão de qualquer texto literário ou filosófico, já que ambas seriam responsáveis pela produção de um conjunto de **mitologias históricas** que conduziriam tão somente a conclusões equivocadas e a uma infinidade de confusões conceituais.¹⁰ Em relação à abordagem textual, a principal crítica de Skinner se dirige ao pressuposto de que as idéias possuem valor universal e atemporal, como se fosse possível comparar enunciados e textos em busca de verdades essenciais ou de um sentido que ligasse determinados conceitos numa linha do tempo, como “unidades-idéias” desencarnadas, conforme aparece, por exemplo, na obra **Great chain of being**, de Arthur Lovejoy.¹¹ Segundo Skinner, abordagens como estas fatalmente incorreriam numa série de anacronismos, especialmente o de atribuir à autores e textos considerações, intenções e significados que, em contextos históricos originais, jamais reconheceriam como sendo seus; ou, então, o de cair no equívoco, tão comum nestes estudos, de julgar a genialidades de determinados autores pelo fato destes terem antecipado, como numa clarividência, o argumento desenvolvido posteriormente por outros autores.¹²

Quanto à perspectiva contextual, Skinner destaca que se é conceitualmente impróprio concentrar-se simplesmente numa dada idéia ou num texto em si, talvez a melhor abordagem consista – como os próprios historiadores cada vez mais insistem – “em reconhecer na verdade que nossas idéias constituem uma resposta para circunstâncias mais imediatas, e que nós deveríamos, em conseqüência, estudar não o texto em si, mas de preferência o contexto de outros acontecimentos que os explicam”.¹³ De acordo com Skinner, a alternativa metodológica empregada pelos contextualistas

⁹ SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 29.

¹⁰ Ibid., p. 32-33.

¹¹ Ibid., p. 53.

¹² Ibid., p. 34-35.

¹³ Ibid., p. 57.

vem enfrentando a resistência, de modo “muito consciente”, particularmente de historiadores da filosofia, cientistas políticos e críticos literários, ambos ansiosos por insistir na autonomia do estudo textual e por demonstrar que os autores e textos canônicos devem ser estudados em termos de sabedorias atemporais, como verdades imutáveis que transcenderiam a dimensão histórica.

Como um modo de escapar destas mitologias anacrônicas, Skinner entende que o conhecimento do contexto social de um dado texto pode, embora de modo incompleto, ser uma ferramenta útil. Aliás, a crença de que a leitura contextual proporciona uma metodologia apropriada para a história intelectual parece, no ponto de vista de Skinner, ter se tornado bem aceita entre um bom número de historiadores e cientistas sociais. Para estes, é usual na análise dos textos históricos considerar o conhecimento do contexto social e das condições políticas e econômicas nas quais os textos são produzidos. Segundo Skinner, o trabalho de Max Weber sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, assim como o de Robert Merton sobre o pensamento científico inglês no século XVII, podem ser vistos nesta direção, onde o contexto social mais amplo é acionado para explicar, respectivamente, o desenvolvimento do pensamento econômico e científico.¹⁴

Embora encontre relevância na tradicional abordagem contextualista, Skinner compreende, no entanto, que esse modelo metodológico também apresenta sérias inadequações ao estudo da história intelectual. A principal delas, em seu argumento, diz respeito ao pressuposto da causalidade social, à afirmação de que o contexto social ajuda a causar a formação e a mudança das idéias, e que, de maneira semelhante, as idéias sucessivamente ajudam a causar a formação e a mudança do contexto social, como se uma estrutura ou outra funcionassem o tempo todo, e de modo mecânico, como um reflexo. O efeito desta perspectiva, ironiza Skinner, é que o historiador das idéias termina tão somente por presentear-se com o antigo enigma sobre quem nasceu primeiro, se a galinha ou o ovo.¹⁵ A leitura contextual conduziria, assim, a um equívoco fundamental sobre a natureza da relação entre ação e circunstância, uma vez que parte do princípio de que para toda e qualquer forma de ação deve haver um conjunto de

¹⁴ SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics.** Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 57-58.

¹⁵ Ibid., p. 58-59.

condições causais antecedentes. Por esse motivo, Skinner conclui que a despeito da possibilidade que o estudo do contexto social apresenta para ajudar no entendimento de um dado texto, “[...] a fundamental pressuposição da metodologia contextual [...] pode parecer enganosa e servir em conseqüência não como um guia para o entendimento, mas como uma fonte de promoção de confusões muito predominantes na história das idéias”.¹⁶

Diante disso, Skinner entende que um novo programa metodológico seria necessário ser formulado para estudar a produção de significados nos autores e textos históricos, sejam eles canônicos ou não. Em “Meaning and understanding”, ou mesmo em textos posteriores, Skinner procurou desenvolver o que ele denominou de “contextualismo lingüístico”. Se a análise do texto em si incorre em uma infinidade de anacronismos históricos, e que mesmo a tradicional perspectiva contextual apresenta-se como inadequada, uma abordagem contextualista mais atenta aos **jogos de linguagem** precisaria ser elaborada.

O “CONTEXTUALISMO LINGÜÍSTICO” E UMA NOVA METODOLOGIA PARA A HISTÓRIA INTELECTUAL

De acordo com Skinner, a questão central da história das idéias consiste em compreender a produção de significado através do uso da linguagem. Partindo de uma das principais premissas exposta pela filosofia da linguagem de Wittgenstein, a qual afirma que “palavras são atos”, Skinner argumenta que para interpretar o significado dos textos, respeitando minimamente os contextos lingüísticos originais de sua produção, o historiador intelectual deve procurar compreender quais eram as intenções e motivações dos autores ao pronunciarem uma determinada palavra, frase ou enunciado. O entendimento de um dado texto, explica Skinner, não depende estritamente da compreensão de seus significados, mas das intenções do autor no momento da escrita. Em seu ponto de vista, mesmo que pudéssemos decodificar, através do estudo de seu contexto social, o que uma sentença significa, ainda assim

[...] ficaríamos sem compreender a intenção de sua **força ilocucionária**, e, portanto, sem um entendimento real da sentença. A questão é, em suma, que uma lacuna inevitável permaneceria: mesmo

¹⁶ SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 59.

se o estudo do contexto social dos textos pudesse servir para explicá-los, este não serviria como um meio para entendê-los.¹⁷

Esse polêmico pressuposto, como o próprio Skinner faz questão de destacar, remete ao conceito que John Austin chamou de **força ilocucionária intencional** (intended illocutionary force), compreendida como uma força imposta pelo autor, no ato da fala, com a intenção de comunicar o significado de um enunciado.¹⁸ Neste sentido, para compreender um enunciado proferido por um determinado autor seria preciso, de um lado, ter o domínio sobre as complexas intenções deste ao proferi-lo e, por outro, saber qual era a audiência que visava ele atingir no momento mesmo da escrita.¹⁹ Esse ponto é reforçado por Skinner em “Motives, intentions and the interpretation of texts”, artigo publicado originalmente em 1976, no qual procura afirmar que o conhecimento das intenções do autor ao escrever é equivalente ao conhecimento do significado do que o autor de fato escreveu. Em outras palavras, entender as intenções e motivações de um autor equivale, de acordo com Skinner, a entender a natureza e a extensão dos **atos ilocucionários** que o escritor poderia ter desenvolvido no momento em que escrevia ou enunciava suas idéias. Seguindo essa orientação, Skinner compreende que é possível caracterizar o que um determinado autor pretendia fazer, por exemplo, ao atacar ou defender uma linha particular de argumento, ao criticar ou contribuir com uma tradição particular de discurso, e assim por diante.²⁰

De acordo com Skinner, para compreender um ato de fala como uma ação política, para “recuperar” as intenções de um autor ao enunciar uma determinada idéia, é necessário traçar a relação entre o dado enunciado e o amplo contexto lingüístico disponível e utilizado naquele momento, ou seja, o repertório de idéias com o qual ele dialoga.²¹ Deste modo, embora em “Meaning and understanding” Skinner esteja mais preocupado com os **atos ilocucionários** e com a autoridade que o autor apresenta em relação ao significado do texto, já é possível perceber a importância que ele atribui à análise do contexto lingüístico como um elemento importante na metodologia

¹⁷ SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 61.

¹⁸ Ibid., p. 61-62.

¹⁹ Ibid., p. 63.

²⁰ Id. Motives, intentions and the interpretation of texts. In: Ibid., p. 76.

²¹ SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: Ibid., p. 64.

empregada na história das idéias. Em textos posteriores, como alguns de seus críticos apontam, a compreensão em relação às intenções e motivações do autor advém menos dos **atos ilocucionários de força** do que do conhecimento das convenções lingüísticas que historicamente contextualizam o texto,²² uma vez que a análise dos atos ilocucionários parecia se ater mais às condições formais da linguagem.

Em “Some problems in the analysis of political thought and action”, publicado originalmente em 1974, Skinner se defende dos críticos (que o atacavam por ter atribuído demasiada atenção às intencionalidades dos autores) argumentando que entre as tarefas de interpretar estaria também, mas não tão somente, o exercício de “recuperar” as motivações e as intenções políticas e sociais dos autores no ato da escrita.²³ De qualquer modo, Skinner continua sustentando que recuperar o significado histórico de qualquer texto e do que os autores tencionavam ao escrever são condições necessárias ao seu entendimento, e que este processo nunca pode ser concluído simplesmente pelo estudo do texto em si.²⁴ O que parece mudar efetivamente na abordagem skinneriana é o fato de sua atenção dirigir-se, cada vez mais, para o modo como o conhecimento das convenções sociais em torno da linguagem (como as ideologias, o repertório intelectual e o vocabulário conceitual existente) ganha importância na prática da interpretação de textos. Isso fica mais claro através da afirmação de Skinner de que duas regras gerais precisam ser consideradas pelos historiadores caso queiram, de fato, interpretar “adequadamente” um texto. A primeira deve levar em consideração não apenas o texto a ser interpretado, mas também as convenções prevalentes que governam as ideologias em uso, uma vez que os autores são limitados, em suas intenções durante a escrita, pelo “estoques de conceitos” disponíveis que eles poderiam empregar. A segunda regra, como desdobramento da primeira, sugere que o historiador das idéias só atingirá uma compreensão de seu objeto se focar o mundo mental do escritor, suas crenças empíricas, suas percepções e

²² FERES JUNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: Revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 660, 2005.

²³ SKINNER, Quentin. Some Problems in the analysis of political thought and action. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 102.

²⁴ Ibid., p. 103-104.

sentimentos, seus valores morais e políticos, assim como suas ideologias compartilhadas, trocadas intersubjetivamente com seus pares, com sua audiência.²⁵

Neste sentido, deslocando a atenção do texto para o contexto e, ainda, para o criador do texto, Skinner esforçou-se por demonstrar que são nos atos de fala dos autores, em seu mundo mental e no repertório lingüístico de sua época que o historiador das idéias deve buscar a interpretação de textos. Ao contrário da tradicional visão contextualista empregada na historiografia, a qual reduz o significado das idéias ao contexto social e suas causalidades, Skinner destaca que os significados de um texto ou de um dado enunciado devem ser procurados em contextos lingüísticos específicos, nos jogos de linguagens que governam o mundo mental e o vocabulário conceitual empregados pelos autores num dado tempo histórico. Situar o texto em seu contexto lingüístico significa, portanto, compreender os valores ideológicos compartilhados pelos agentes num mesmo período e obedecendo a um certo número de convenções sobre o que é possível a um autor dizer ou não num dado tempo, sobre o que é ou não legitimamente aceito por seus pares. De acordo com James Tully, um dos principais intérpretes de Skinner, o termo “convenção lingüística” é empregado por ele de modo heurístico para se referir a uma linguagem comum que uni um número de textos, como o vocabulário compartilhado, princípios, assuntos, problemas, critérios para testar o conhecimento, distinção conceitual e assim por diante. Desta maneira,

[...] a justificação para empregar o texto em seu contexto convencional é que a ação lingüística, semelhante a outras formas de ação social, é convencional e, assim, o seu significado pode ser entendido somente acompanhando as ‘convenções em torno do desenvolvimento de um dado tipo de ação social em uma dada situação social’.²⁶

No meu entender, o contextualismo lingüístico de Skinner aparece de modo mais claro na introdução do livro **As fundações do pensamento político moderno**, embora, como já destacamos, sua metodologia deva ser apreendida a partir de um conjunto de artigos e livros publicados desde o final dos anos 1960. Nesta obra, Skinner procurou desfazer uma série de mitologias e de anacronismos que a historiografia tradicional havia formulado em torno dos principais textos de transição entre o pensamento político medieval e o moderno, sobretudo de autores como Maquiavel,

²⁵ SKINNER, Quentin. Motives, intentions and the interpretation of texts. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 77-78.

²⁶ TULLY, James. The pen is a mighty sword: Quentin Skinner’s analysis of politics. In: *Ibid.*, p. 9.

Erasmus, Lutero e Calvino, ou mesmo em relação a matriz ideológica e o vocabulário que orientou outros pensadores considerados marginais no período entre o século XIII e XVI. Desta maneira, o interesse de Skinner em **As fundações do pensamento político moderno** foi “ilustrar um certo modo de proceder ao estudo e interpretação dos textos históricos”, realizando para isso uma história das idéias na qual fosse possível enfocar a matriz social e intelectual, o contexto lingüístico, as ideologias, os axiomas herdados e o vocabulário normativo em que foram concebidos tanto os textos canônicos quanto as contribuições mais efêmeras ao pensamento social e político.²⁷

Uma dimensão importante desta obra, conforme é destacado na introdução, diz respeito também à atenção que Skinner lança à relação entre as intenções do autor e o vocabulário normativo disponível, entre a ideologia e ação política, uma vez que ao proferir um enunciado o autor tem em mente legitimar um projeto político entre os grupos de indivíduos que constituem a sua audiência. Em detrimento disso, Skinner argumenta que “o problema de um agente que pretenda legitimar o que está fazendo ao mesmo tempo que obtém o que deseja não se reduz à questão, simplesmente instrumental, de recortar sua linguagem normativa a fim de adequá-la a seus projetos. Terá de ser, pelo menos em parte, a questão de recortar seus projetos a fim de adequá-los à linguagem normativa de que dispõe”.²⁸ O que o historiador de Cambridge parece enfatizar é a existência de uma certa margem limite de liberdade que um autor encontra ao formular seus projetos ideológicos, visto que sua ação intelectual e política está intrinsecamente ligada ao repertório de idéias compartilhado pela sua audiência.

É por este motivo que Skinner sugere que a compreensão das intenções e as motivações de um autor, bem como do seu comportamento político, depende do estudo do próprio contexto que constitui o pensamento ideológico com o qual ele dialoga. Skinner enfatiza, não obstante, que estudar o contexto lingüístico de qualquer obra não deve ser tomado pelo historiador apenas como um meio de se obter uma informação adicional sobre a sua etiologia, deve ser também um meio de alcançar maior visão interna do que seu autor queria dizer e o que ele estava fazendo quando escrevia.²⁹ Empregando este método à análise da história intelectual, Skinner conclui:

²⁷ SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia da letras, 1978, p. 10-11.

²⁸ Ibid., p. 12.

²⁹ Ibid., p. 12-13.

Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles [autores] apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as idéias e convenções então predominantes no debate político. Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e a força exata de seu argumento, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época.³⁰

Como é possível perceber, portanto, o contextualismo lingüístico de Skinner assume um caráter historicista radical, uma vez que a interpretação possível de um dado texto só ganha sentido se analisado nos próprios termos de sua produção e no diálogo com as idéias, enunciados e conceitos compartilhados. Além do mais, Skinner faz questão de ressaltar que situar um texto em seu contexto adequado não significa fornecer um quadro histórico para nossa interpretação, pois conhecer o contexto de produção de um texto qualquer já é, em si mesmo, um modo de ingressar no próprio ato de interpretar.³¹ Dito de outro modo, o contexto não ganha a forma de uma moldura que dá sentido ao objeto, pois é ele constitutivo do próprio objeto que pretendemos analisar. Para Skinner, na verdade, a dicotomia entre texto e contexto não faz sentido algum, na medida que conhecer o contexto é adentrar no mundo dos significados textuais e das intenções que movem os autores.

Neste sentido, conforme já destacamos, enquanto em seu texto “Meaning and understanding”, publicado em 1969, Skinner parece estar mais preocupado em compreender as intenções dos autores a partir dos **atos ilocucionários de força**, seus textos posteriores cada vez mais expandem sua preocupação em compreender como as intenções dos autores, suas questões e suas respostas à determinados problemas, estão conectadas às convenções sociais em torno do uso da linguagem numa determinada época. Conforme João Feres Júnior bem destacou, Skinner parece ter chegado à conclusão que sua tese sobre **atos de fala** não se sustentavam, uma vez que faltava dizer como era possível acessar as intenções do autor.³² Posteriormente, portanto, ao assumir

³⁰ SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia da letras, 1978, p. 13.

³¹ Ibid.

³² FERES JUNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: Revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 662, 2005.

o contexto lingüístico mais como convenções sociais, ou expressões ideológicas, do que enquanto conteúdo semântico, Skinner alcançou um modelo metodológico interpretativo bastante relevante ao estudo da história intelectual e da história das idéias.

DIÁLOGOS (IM)POSSÍVEIS

Conforme alguns de seus críticos têm ressaltado, a perspectiva contextualista proposta por Skinner foi fortemente influenciada pela Escola Histórica Inglesa, melhor representada pelos trabalhos do historiador Collingwood (1889-1943) na primeira metade do século XX.³³ De acordo com o próprio Skinner, o historicismo de Collingwood foi um referencial importante tanto na formulação de sua metodologia quanto na de seus colegas historiadores da Escola de Cambridge, sobretudo de John Dunn e John Pocock.³⁴ Estes últimos, inclusive, ao lado de Skinner, foram responsáveis por um amplo debate metodológico que renovou a história do pensamento político e da história intelectual, especialmente em relação à afirmação de que os historiadores deveriam prestar mais atenção à função, ao contexto e à aplicação das linguagens conceituais encontradas em sociedades particulares e em momentos particulares. Empregando essa abordagem, foi possível aos professores de Cambridge, sobretudo Skinner, Pocock e Dunn, perceber que o estudo atento da linguagem conceitual permite ao historiador compreender que os homens só são capazes de fazer o que a linguagem os possibilita pensar ou dizer.³⁵ Para David Harlan, os escritos da Escola de Cambridge foram de tal modo influentes que suas abordagens transformaram-se em “uma nova ortodoxia” no campo da história intelectual.³⁶

Alguns autores têm aproximado também o contextualismo lingüístico de Skinner ao conceito de **utensilagem mental** proposto por Lucien Febvre.³⁷ De acordo Roger Chartier, a noção de **utensilagem mental**, acionada por Febvre na maioria de

³³ TULLY, James. The pen is a mighty sword: Quentin Skinner's analysis of politics. In: _____. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 07-28.

³⁴ SKINNER, Quentin. Some Problems in the analysis of political thought and action. *Ibid.*, p. 102-103.

³⁵ HARLAN, David. A história Intelectual e o Retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. São Paulo: Unicamp, 2000, p. 28-29.

³⁶ *Ibid.*, p. 19.

³⁷ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 28, fev. 2005.

seus trabalhos, é empregada como sendo “[...] o estado da língua, no seu léxico e na sua sintaxe, os utensílios e a linguagem científica disponíveis, e também esse suporte sensível do pensamento que é o sistema de percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afetividade”.³⁸ Em seu estudo sobre Rabelais, segundo Chartier, a grande preocupação de Lucien Febvre foi estudar atentamente os suportes lingüísticos e conceituais que governavam as configurações intelectuais de Rabelais e da sociedade a qual pertencia, o que evitaria o anacrônismo histórico de confundir as nossas representações atuais com àquelas que constituíram o mundo mental do objeto estudado.³⁹

Assim como Lucien Febvre, portanto, Skinner entende que a melhor maneira de evitar as **mitologias anacrônicas** consistia em perceber sensivelmente as dimensões histórica e contextual que envolve o uso dos “utensílios lingüísticos” disponíveis a uma dada sociedade. Vale destacar que a perspectiva de ambos ensina que o vocabulário disponível num dado tempo histórico organiza o mundo mental dos indivíduos de tal modo que este acaba por definir os limites coletivos do que era possível pensar ou fazer. É por esse motivo, inclusive, que Skinner sugere que conhecer o contexto lingüístico de uma dada obra significa, de fato, ingressar já no próprio ato de interpretar as intenções e motivações do seu autor ao defender uma idéia, um enunciado ou um conceito qualquer.⁴⁰

De outro lado, considerando que Skinner apreende os usos da linguagem enquanto convenções sociais, Robert Darnton destaca que a abordagem apresentada pelo historiador de Cambridge “[...] fortaleceu a história social das idéias em sua conexão crucial, onde as idéias se fundem em ideologias”.⁴¹ É a partir deste ponto de vista que se torna possível, como faz Marcelo Jasmin, aproximar o contextualismo lingüístico de Skinner à história dos conceitos tal qual propõe o historiador alemão

³⁸ CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 37.

³⁹ Ibid., p. 36-37.

⁴⁰ SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia da letras, 1978, p. 13-14.

⁴¹ DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. In: _____. **O beijo de Lamourette**: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 190.

Reinhart Koselleck.⁴² De acordo com este último, só é possível compreender o uso dos conceitos ao longo da história lançando mão do conhecimento sobre os usos sociais da linguagem, uma vez que a compreensão de um conceito depende do conhecimento semântico e da comunicação das palavras empregadas num determinado período histórico.⁴³ Marcelo Jasmin explica que, assim como o método histórico proposto por Skinner, a história conceitual de Koselleck parte do princípio de que “[...] os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos lingüísticos, mutuamente compartilhados e desempenhados pelos atores que participam desses conflitos”.⁴⁴ Outra convergência interessante que envolve a perspectiva destes autores é o fato de ambos construírem sua metodologia de estudo a partir da rejeição à tradicional história das idéias. Enquanto o contextualismo lingüístico de Skinner, ou mesmo de John Dunn e John Pocock, foi formulando em oposição a história das idéias atemporais proposta por historiadores da filosofia como Leo Strauss e Arthur Lovejoy, a história conceitual de Koselleck dirigiu-se contra a história das idéias imutáveis tal qual se apresentavam, por exemplo, na obra de Friedrich Meinecke.⁴⁵

Não obstante estas convergências, Marcelo Jasmin destaca pelo menos um ponto importante que diferencia o projeto de estudo destes historiadores. O historicismo metodológico de Skinner é elaborado sobre uma perspectiva sincrônica, tendo em vista que sua abordagem parte do princípio de que é possível ao historiador “recuperar” as intenções originais dos autores no momento mesmo da escrita, atravessando as camadas de interpretação que se põem entre o texto estudado e o mundo mental do historiador. Por esse motivo, inclusive, alguns de seus críticos chegaram a atribuir-lhe a pecha de positivista, como alguém que pretendia retomar a hermenêutica romântica empregada durante o século XIX, através da qual pensava-se ser possível compreender as intenções dos autores em seus próprios termos, e não nos termos peculiares às suas próprias

⁴² JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, fev. 2005.

⁴³ KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 5 (10): 134-146, 1992; KOSELLECK, Reinhart. História dos Conceitos e História Social. In: _____. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Puc-Rio, 2006. p. 97-118.

⁴⁴ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 31-32, fev. 2005.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 32.

situações e experiências.⁴⁶ De fato, como destaca David Harlan, a hermenêutica skinneriana insiste “[...] que a primeira responsabilidade do historiador é reconstituir as ‘intenções primárias’ de um autor, onde a mensagem real do texto será encontrada”,⁴⁷ embora Skinner considere ultrajante pensar na idéia de que seja possível recuperar uma verdade histórica. Por outro lado, a história dos conceitos de Koselleck assume uma dimensão diacrônica, uma vez que os significados da linguagem são interpretados como dependentes das experiências históricas não de quem as formulou, mas de quem as recebeu em diferentes períodos da história. Para Koselleck, como destaca Marcelo Jamin, a história conceitual interessa-se pelos modos como as gerações e os intérpretes posteriores leram e se apropriaram de maneiras diversas dos textos passados.⁴⁸ Em outras palavras, enquanto a hermenêutica de Skinner procura interpretar os significados atribuídos pelos autores no momento mesmo da fala, a de Koselleck apreende os diferentes modos em que os conceitos, as idéias e os enunciados são dados a ler em diferentes momentos da história. Como leitor de Gadamer, Koselleck, ao contrário de Skinner, entende que a pergunta que se deve fazer a um texto não pode mais inserir-se em seu horizonte original, pois este é sempre abarcado pela experiência histórica que envolve a leitura e a recepção.

Em relação a este aspecto, pode-se dizer que Skinner distancia-se também de alguns dos pressupostos que informam a história cultural. De maneira geral, os estudos culturalistas procuram compreender, especialmente, as práticas de leitura, o significado das apropriações e dos diferentes modos de recepção das idéias. Ao invés de se ater à compreensão dos significados textuais e das intenções dos autores em seus contextos originais de produção, tal qual formula Skinner, boa parte dos historiadores da cultura parece mais preocupada com os aspectos simbólicos que envolvem a produção e circulação de textos, as representações e o imaginário intelectual, os modos de leitura e

⁴⁶ KEANE, John. More theses on the philosophy of history. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 204-217; FEMIA, Joseph V. An historicist critique of revisionist methods for studying the history of ideas. In: TULLY, James. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p.156-175;

⁴⁶ HARLAN, David. A história Intelectual e o Retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. São Paulo: Unicamp, 2000. p. 15-62.

⁴⁷ Ibid., p. 20.

⁴⁸ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 32, fev. 2005.

os usos diferenciados que os autores fazem das idéias políticas, literárias ou filosóficas em determinados períodos da história.⁴⁹ Tais concepções podem ser percebidas, por exemplo, em alguns dos trabalhos produzidos por Roger Chartier, Robert Darnton, Robert Mandrou e Natalie Davies.

A despeito dessa distinção, é preciso considerar que, assim como ocorre na história social e cultural, Skinner recupera o papel do autor como um agente fundamental no processo de produção das idéias. De acordo com o contextualismo lingüístico proposto por ele, textos não falam, somente autores, o que significa dizer que estes não são meramente prisioneiros dos discursos no interior dos quais os significados são construídos. Autores têm intenções, motivações e, ainda, uma certa consciência das condições e possibilidades no campo de ação no qual se movem. Skinner entende, desta maneira, que os atos de fala devem ser tomados como atos sociais intersubjetivos, e não intertextuais, e que ocorrem em situações históricas concretas, onde a linguagem é manipulada conscientemente com vistas a realização de determinadas ações e interesses sociais e políticos.

Neste sentido, Skinner opõem-se frontalmente a proclamação da morte do autor, tal qual anunciada pela teoria literária norte-americana e por autores bastante conhecidos na filosofia francesa, especialmente Foucault, Derrida e Roland Barthes⁵⁰. A morte do autor é considerada por Skinner como uma idéia exageradamente prematura, na medida em que não leva em consideração a historicidade da linguagem e as motivações sociais e políticas que mobilizam os autores no momento mesmo em que escrevem e manifestam suas idéias. Ao invés de imaginar o autor-sujeito como um construto ideológico, fruto dos discursos estruturantes, e os textos como entidades autônomas, Skinner prefere invocar uma regra hermenêutica que reafirma a idéia da interpretação histórica empregada como explicação do que os autores pretendiam ao escrever, tendo em vista que seus atos lingüísticos são concebidos enquanto atos sociais auto-conscientes.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987; DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. In: _____. **O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁵⁰ HARLAN, David. A história Intelectual e o Retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. São Paulo: Unicamp, 2000, p. 30-33.

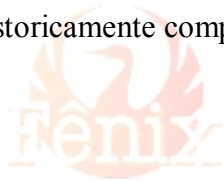
Embora os teóricos da literatura e muitos filósofos da linguagem tenham recusado frontalmente o contextualismo lingüístico de Skinner, parece que a crítica mais poderosa veio mesmo de outro historiador intelectual, o norte-americano Dominick La Capra. Informado pelas teorias da linguagem – especialmente aquelas formuladas por Heidegger, Wittgenstein, Hayden White e Derrida – La Capra entende que o maior equívoco dos historiadores das idéias é a tentativa de interpretar os textos passados a partir das intenções ou motivações de seus autores no contexto de sua produção, como se os textos transmitissem significados fixos passíveis de recuperação.⁵¹ Em sua perspectiva, a realidade histórica dada a ler num texto nada mais é do que uma construção lingüística mediada entre o diálogo intertextual e a narrativa presente do historiador, já que o significado contido num dado texto jamais é da posse do seu autor, mas sim de quem o interpreta.⁵² Dito de outra maneira, La Capra não apenas recusa a possibilidade de compreender as intenções do autor a partir da interpretação dos textos, como nega também a existência de significados externos ao texto. Em suas palavras, o texto e o próprio contexto existem enquanto discursos, pois não haveria um “dentro” e um “fora”, mas tão somente a interação da linguagem com o mundo. Como a vida social é textualizada de diferentes modos, e considerando ainda que para La Capra o texto não possui o caráter de documento histórico, a tentativa dos historiadores de reconstruir o passado a partir da fala dos autores torna-se tão somente um empreendimento da imaginação histórica, do meramente literário.

Apesar de Skinner também partir do conhecimento da linguagem como um meio para problematizar a história intelectual, a perspectiva textualista de La Capra lhe soa como um feroz relativismo, tanto contra a idéia do autor-sujeito quanto da objetividade do método histórico, ou seja, da possibilidade de acessar as intenções, os desejos, os sonhos e as motivações expressas pelos autores em seus escritos. Além de conceber o texto como um jogo de linguagem controlado pela dinâmica social e política, Skinner assume como seu método histórico a elaboração de uma hermenêutica do distanciamento, através da qual se torna possível conhecer os significados de um texto em seus próprios termos.

⁵¹ LA CAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language.** Ithaca: Cornell University Press, 1983.

⁵² Ibid., p. 36-38.

Neste sentido, a despeito das muitas críticas formuladas contra o seu contextualismo lingüístico, a proposta teórica e metodológica de Skinner tem, na verdade, contribuído enormemente para renovar os estudos de história intelectual ou mesmo do pensamento político moderno.⁵³ De um lado, sua abordagem possibilita empregar um método no qual o texto apareça como um genuíno documento histórico, passível de uma leitura objetiva, e onde a dicotomia entre autor, texto, contexto e linguagem é eliminada em função de um “contextualismo lingüístico” mais performático e sensivelmente histórico, onde as idéias são tratadas dentro das tradições intelectuais e do repertório normativo disponível numa dada sociedade ou num grupo de indivíduos. De outro lado, Skinner lançou uma filosofia analítica e restituiu o lugar do autor no processo de produção e difusão das idéias, defendendo a autonomia do pensamento e invocando uma história de homens e mulheres que pensam, agem e escrevem a partir de intenções conscientes. Para ele, o sentido da história não deve ser buscado nas estruturas do texto escrito, como querem, por exemplo, Derrida, White e La Capra, mas na relação do ator-escritor com a linguagem e a experiência social historicamente compartilhada.



www.revistafenix.pro.br

⁵³ DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. In: _____. **O beijo de Lamourette**: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; FALCON, Francisco Calazans. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história** – Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 91-116.